



EDUCAR E NORMATIZAR: DEBATENDO GÊNERO E SEXUALIDADES NA ESCOLA

Rogério Marcelino dos Santos Melo - UEPB ⁱ

rogeriomarcelino.lettras2013@gmail.com

Romualdo da Silva Sales - UEPB ⁱⁱ

romualdosales@gmail.com

RESUMO

A educação é uma importante ferramenta de produção e difusão do conhecimento. Visto por esse ângulo, a escola é, pois, o espaço físico e social no qual esse conhecimento é produzido e difundido, e que ganha legitimidade socialmente. Entretanto, na escola também são difundidos preconceitos acerca de gênero e sexualidades velados historicamente e culturalmente, que a fazem um espaço de reprodução de normas consolidadas socialmente. O objetivo deste trabalho é, neste sentido, problematizar como os marcadores de gênero e sexualidades são produzidos e reproduzidos social e culturalmente - sendo atravessados por esses preconceitos - cartografando suas inflexões no espaço educacional. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, qualitativa de natureza exploratória, estabelecendo conexões entre as bases epistemológicas, as categorias analisadas e a educação. A partir desse estudo, vaticinamos que a escola reproduz esses preconceitos através de seus mais diversos agentes constituintes, que muitas vezes reproduzem aquilo que foram formados para pensar. Assim, a escola refaz esse ciclo de preconceitos e o valida, sempre ignorando a diferença, relegando-a a um espaço em que não provoque questionamentos de nenhuma natureza.

Palavras-chave: escola; diferença; gênero; sexualidades.

ⁱ Membro discente do curso de licenciatura Plena em letras – língua Portuguesa na Universidade estadual da Paraíba, campus I.

ⁱⁱ Membro discente do curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, campus I.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

As discussões sobre gênero e sexualidades³ no campo da educação se configuram como processos tímidos, haja vista a própria lógica na qual os espaços educacionais encontram-se inseridos. Neste sentido, antes de iniciarmos o debate, faz-se necessário problematizar as questões de gênero e sexualidades como categorias de análise, e como estas foram estabelecidas como marcadores da diferença. Entendendo que não há possibilidades para um debate efetivo sobre tais categorias sem resvalar na formação de identidades, concebemos, em consonância com Silva (2009), identidade como construções sociais e culturais que, ao se estabelecerem, negam várias outras construções sociais e culturais, tornando-as desviadas, por assim dizer. Através dessa dinâmica de negação a diferença é instituída.

Concebemos gênero e sexualidades como categorias de análise, construções culturais e sociais, entre as quais as normas são estabelecidas de forma dicotômica, tendo como ponto de partida o pensamento de Platão. Este inaugura uma forma de pensar que versa sobre a separação entre corpo e alma, formas fixas de interpretar as relações sociais/ culturais, fornecendo bases para que a ciência moderna instalasse dois polos fixos e assimétricos: natureza versus cultura, sendo a cultura o polo superior tendo o homem heterossexual como representante, a racionalidade; e no polo inferior, a natureza, as mulheres, e tudo que a elas se assemelha. Ou seja, tudo que foge o polo superior deve ser subjugado pelo mesmo. Essas dicotomias são reproduzidas, marcando os espaços legítimos para cada sujeito.

Entendemos que as instituições educacionais não estão isoladas desse processo de normatizações dicotômicas, atravessadas pelas relações de poder, em consonância com Foucault (1979). A escola, a mídia entre outras instituições produzem pedagogias sobre o que se instituiu como verdades em relação os corpos e os gêneros, as formas de comportamentos que são adequados para homens e mulheres, reproduzindo e reforçando as normas fixas, dicotômicas, tentando enquadrar e fabricar papéis prontos e acabados para que possam ser incorporados. Entretanto, não há papéis prontos e acabados, e as identidades de gênero se configuram como construções subjetivas. Mas como elaborar as subjetividades mais

³ Utilizamos o termo sexualidades, no plural, por concebermos que as relações de identidade sexual são variadas e, na atualidade, seguem um processo de construção em que não pode dar conta de enumerar ou categorizar as identidades sexuais.

interessantes para determinada cultura? Certamente não é fortalecendo e consolidando as “reivindicações” das minorias, mas montando instituições que dialoguem com a lógica instituída. Dessa forma, tudo que foge a ela deve ser silenciado para que não incomode ou incomode o mínimo possível.

As escolas são instituições que reproduzem as formas dicotômicas entre as quais se destacam o masculino/feminino, heterossexual/homossexual, normal/anormal, entre outras. No que toca às relações de gênero e sexualidades na educação, essas formas dicotômicas não contribuem para problematizar a diferença, configurando a escola como um ambiente embriagado de normas que não conseguem lidar com as metamorfoses das identidades em constante processo de construção. A postura adotada pela escola procura silenciar aquilo que foge à norma. As poucas discussões sobre sexo reproduzem a lógica especialmente no que toca ao sexo seguro, a biologia explicando os lugares dos corpos sexuados e suas formas de viverem sua sexualidade, ou seja, única e exclusivamente a forma heterossexual.

Os poucos debates sobre gênero e sexualidades nas escolas são relacionados à saúde e raras discussões no que tange as diferenças dos gêneros binários, masculino/feminino. Sendo categorias de análises, construções culturais, como reduzir o debate a formas fixas, assimétricas que não conseguem cobrir as várias identidades em constante processo de construção? E o homossexual, será que esta figura perturbadora⁴ é contemplada nesses espaços? Não, o homossexual ainda é um tabu, um desvio moral, quando pouco se fala do “caso”, trazem discursos da Psiquiatria, a ciência mais uma vez dando as cartas e com ela as velhas armadilhas de via dupla.

Problematizar gênero e sexualidades nas escolas é um exercício árduo, exige postura de desconstrução e reconstrução, ou seja, deslocamento, inclusive dos próprios educadores, tendo em vista que os mesmos precisam “pensar” suas próprias identidades e buscar construir um ambiente que dialogue com as diferenças, pensando o outro como parte constitutiva desse universo.

⁴ Utilizamos tal termo para denotar a imagem criada por parte da sociedade em relação ao homossexual.



Pensar os espaços escolares como ferramentas que auxiliam nos processos de construção subjetiva, reiterando aquilo que os valores sociais e culturais instituíram como normas sem produzir questionamentos que se posicionem de forma política frente os desafios da realidade. Neste sentido, objetiva-se problematizar como as identidades são produzidas no que toca as questões de gênero e sexualidade, concebendo que esse debate, nas escolas, ainda vincula-se as formas fixas e dicotômicas, ou seja, não há espaço para pensar a diferença, ou o sujeito está num polo ou no outro; mas e aqueles que não estão em nenhum deles? O objetivo central está em contribuir para construção de espaços que dialoguem com a diferença, entendendo que as identidades são múltiplas construções, porém sem cair na ilusão que existe a “cura” gay, por exemplo, que o/a adolescente gay, lésbica pode ser “curado/curada”, que é uma fase transitória na formação da identidade de gênero e sexualidade, trabalhando assim, a diferença como um elemento próprio da vida social e que nem por isso deve ser minimizada, mas contemplada nos espaços como algo legítimo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, que foi realizada em periódicos reconhecidos pela Capes e outras literaturas consolidadas, utilizando a internet como ferramenta de busca. A procura teve como foco as palavras educação, sexualidade e gênero, tentando estabelecer conexões que pudessem contribuir para a articulação entre as categorias, gênero e sexualidades e o espaço escolar. O processo de busca aconteceu entre Maio e Junho de 2015, sendo os artigos encontrados selecionados e analisados levando em consideração o foco na temática baseada nas contribuições dos estudos culturais, considerando a perspectiva adotada para abordagem escolhida. Haja vista a contribuições pretendidas, entre as a quais, apreender como a educação vem discutindo o tema e pontuar algumas considerações que possam contribuir para construção de novos espaços para pensarmos a diferença como constituinte do contexto educacional.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A NATURALIZAÇÃO DA NORMA E AS INFLEXÕES NO CONTEXTO HISTÓRICO EDUCACIONAL

O diálogo com a perspectiva em que produção científica implica escolhas, portanto, produzir conhecimento inclui posicionamento político, desde a escolha do tema, as abordagens teóricas e metodológicas, entre outros, é um direcionamento que não nos deixa cair na ilusão de neutralidade, não querendo dizer que o conhecimento científico não possui suas especificidades, objetividade. Chamar a atenção para a discussão de uma temática tão emblemática quanto gênero e sexualidades, é um ato político e, particularmente na educação, esse ato torna-se ainda maior. Entendemos que a educação desempenha papel fundamental na construção e/ou manutenção dos valores sociais e culturais da sociedade. Dessa forma, o espaço escolar é utilizado para difundir valores morais e normativos que são produzidos e reproduzidos social e culturalmente.

Nessa perspectiva, de acordo com Louro (2007), é inaceitável conviver e naturalizar normas e preceitos jurídicos, religiosos ou educacionais que discriminam os sujeitos porque seu modo de ser homem ou mulher e por suas expressões de desejos e prazeres que não seguem os padrões considerados normais. Partindo das contribuições da autora, é possível apreender que as normas são exteriores aos sujeitos, no entanto, seus corpos e subjetividades são campos de subjugação por parte dos padrões canonizados, por assim dizer. Ser homem ou ser mulher segundo as normas rebate sobre as formas de comportamentos visibilizadas nos corpos e, por esse motivo, pode-se ter a ilusão que os gêneros e as sexualidades são construções biológicas. Visto por essa ótica, o corpo deve seguir uma pedagogia comportamental, mas sabe-se que o gênero e sexualidades são categorias culturais, seguem a lógicas hegemônicas naturalizadas como verdades, exercícios de poder pedagogizantes vivenciados pelos sujeitos em sociedade. Levando em consideração que o poder é exercido de múltiplas formas e direções, como afirma Foucault (1979), não se deve afirmar que existe um campo opressor e outro oprimido sem nenhuma forma de resistência, mas uma lógica instituída, rígida e naturalizada como verdade absoluta que agencia comportamentos.

A lógica elaborada e naturalizada por grupos hegemônicos produzem saber e exercem poder sobre os corpos e subjetividades dos sujeitos, porém a naturalização das dicotomias fixas e assimétricas estabelecem polos, sendo sempre um superior ao outro. Essa lógica fornece condições para criação de espaços que impõem como verdades os comportamentos que a maioria apresenta, porém esses comportamentos são produzidos, são construções culturais e sociais que precisam ser problematizados no sentido de luta contra as formas de subjugação das minorias.

A norma sobre os corpos no que tange o gênero e sexualidade foi produzida por múltiplas instituições em vários contextos históricos, sociais e culturais. As instituições religiosas produziram e produzem saberes e exercem poder sobre os sujeitos, empregando dispositivos como textos bíblicos, entre outros, para determinar as hierarquias dos gêneros e sexualidades, porém sua predominância no que toca a formação de normas cedeu lugar ao conhecimento científico mais especificamente relacionado à saúde. Neste sentido, o corpo ganha ênfase nas explicações e justificativas para as diferenças; é no corpo que se busca a justificativa para a diferença de gênero e sexualidades, fixando o que é normal e patológico. A escola dentro dessa dinâmica não consegue se desvencilhar desses marcadores normativos que produzem segregação, homofobia e misoginia sendo constantemente atravessada pelos mesmos.

Como já assinalou Foucault (1984), a sexualidade já estava em debate desde os últimos dois séculos. Sendo posta em discurso, este dispositivo ganha ênfase na produção discursiva como mecanismo de produção de normas, um discurso verdadeiro sobre o sexo. O sexo em debate como forma de vigiar as práticas sexuais produzidas pelos sujeitos, normatizar, enquadrar, exercer poder, mas como o próprio autor, o poder é exercido de múltiplas formas e planos, ou seja, mesmo diante da norma há resistência.

De acordo com Assis César (2009), no Brasil a educação sexual se dar a partir da terceira década do século XX, porém médicos e professores já debatiam o tema. A abordagem vinculava-se diretamente aos interesses morais e higiênicos dos sujeitos, lançando em 1933 o

Currículo Brasileiro de Educação Sexual reafirmando a abordagem adotada. A partir da década de 1960 os segmentos feministas, gays, lésbicos começam ganhar força e conseguiram influenciar as práticas pedagógicas e os discursos das escolas, porém essas experiências foram pontuais em colégios de aplicação, como a Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo, por exemplo. Entretanto, o período da Ditadura Militar no Brasil juntamente com segmentos da igreja católica encerraram essas experiências.

Posteriormente a educação sexual junto aos segmentos feministas, gays e étnico-raciais se tornou mecanismos de resistência no processo de redemocratização do país, perdendo força com o afastamento do discurso dos movimentos sociais das práticas pedagógicas, sendo substituído novamente pelo discurso relacionado à saúde, tendo como plano de fundo as epidemias HIV/AIDS da década de 1980, doença associada aos homossexuais a princípio. Assim, com o advento das DSTs e gravidez na adolescência, a prevenção se colocou como dispositivo de controle dos corpos das crianças e jovens; o sexo seguro entra em debate na tentativa de produzir sujeitos, normatizar seus corpos e desejos, ou seja, produzindo normas excludentes em nome do “bem social”.

ESCOLA E NORMATIZAÇÃO: ESPAÇO DO CERTO E DO ERRADO

Tida como um dos aparelhos ideológicos do Estado⁵, a escola se configura, no que tange ao gênero e às sexualidades, como um poderoso espaço de normatização e docilização dos corpos. Juntamente com o discurso médico, a escola influencia de modo categórico as crianças, jovens e adultos a se enquadrarem dentro de um esquadro binário de representações de gênero e sexualidades. Esse binarismo, que segue a linha de raciocínio de Platão, na qual o mundo é uma separação dicotômica entre bem/mal, certo/errado/, homem/mulher, etc. parece dominar de modo apoteótico grande parte dos espaços escolares.

⁵ Utilizamos o conceito baseado na teoria da análise do Discurso: ciência que transita numa gama transdisciplinar de conhecimentos que são formados pela Linguística, psicanálise e materialismo histórico.

Visto por essa ótica, o espaço educacional ambientado nos muros da escola se baseia nessa relação dicotômica postulada por Platão para tratar as relações de gênero e de sexualidades. O espaço para as discussões de gênero, de sexualidades e até mesmo dos corpos na escola é relegado ao mínimo possível, visto que esse ambiente valida as relações tidas como corretas perante a sociedade. Para Assis César (2009),

Ao abordar o gênero como categoria de investigação, podemos recusar os lugares definidos para as dicotomias entre masculino e feminino, além de reconstruir os significados dos corpos, dos desejos e dos prazeres (SCOTT, 1995). Em outros termos, se assumirmos o gênero como categoria de análise das ciências humanas será possível formular novas epistemologias da sexualidade na escola. (2009, p. 48)

As identidades sexuais, afetivas e de gênero que fogem à norma dicotômica institucionalizada social e culturalmente estão sempre fadadas a adjetivos de natureza pejorativa, ou seja, na escola, tudo o que se diferencia é relegado ao arcabouço semântico do anormal, do desviado, do passível de discriminação. Qualquer aproximação entre a escola e as discussões sobre gênero e sexualidades é, assim, mera coincidência. O que vemos é que na escola a discussão entre educação e representações de gênero e sexualidades parece formar um grande e indestrutível oxímoro, ou seja, ideias que não mantêm (nem nos maiores devaneios) nenhuma relação lógica.

Baseados e interpelados por uma formação discursiva⁶ preconceituosa e etnocêntrica, os professores, alunos e demais agentes constituintes da comunidade escolar acabam sempre por praticar variadas formas de violência simbólica contra aqueles sujeitos que se desviam, por assim dizer, do normal. Logo, o que se vê em grande parte das escolas que contam com agentes educadores⁷ despreparados para tratar as relações de gênero e sexualidades no ambiente educacional é a materialização dos preconceitos e discriminações velados em nossa cultura através de discursos de cunho pejorativo.

Alunas/os e professoras/es gays, lésbicas, bissexuais e transexuais compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar; entretanto, para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser

⁶ Utilizamos o conceito de formação discursiva advindo da Análise do discurso. Nessa visão, a formação discursiva ao que se pode dizer em determinada época e espaço social. Uma formação discursiva tem condições de produção específicas e é marcada histórica e socialmente.

⁷ Concebemos como educadores todos aqueles profissionais que estão circunscritos no ambiente escolar e que possam contribuir para a formação educacional e social dos alunos.



insuportável por transbordar os limites do conhecido. (ASSIS CÉSAR, 2009. p. 48)

Esses discursos muitas vezes são formados por uma materialidade linguística carregada de ironias que muitas vezes revelam a falta de conhecimento dos profissionais em relação às discussões de gênero e sexualidades na escola.

Assim, os sujeitos que constituem a escola como aparelho ideológico do estado e como instância de legitimação do saber, enquanto instituição científica acabam constituindo-a também como um espaço de reprodução e de negação do diferente, sempre reiterando o discurso hegemônico do correto e do incorreto. O que se percebe é que, dessa maneira, a formação social dos alunos acaba por se configurar como uma formação preconceituosa e reiterante de antigos preconceitos. Isso se deve ao fato de que a escola é vista pelos alunos (e por grande parte da sociedade em geral) como um espaço de validação científica e moral. Ou seja, a escola, que é por sua natureza o espaço de produção do conhecimento, assume um papel ressignificado; um papel de multiplicador da “verdade”, e é nessa transmissão e multiplicação da “verdade” que reside o grande problema. Escolas posturas tradicionais e etnocêntricas transmitirão as suas posturas tradicionais e etnocêntricas, enquanto escolas abertas ao diálogo com o diferente transmitirão e formarão os seus alunos cidadãos críticos, conscientes e preparados para os mais diversos questionamentos dos mais diversos cunhos. Se levarmos em consideração todos os aspectos abordados até agora, veremos que a escola se configura, no âmbito das ciências humanas, como um lugar passível de discussões das mais variadas temáticas, principalmente no que versa sobre as relações humanas entre seus alunos e seus agentes educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar a diferença é uma tarefa árdua, que demanda uma série de questionamentos, e que exige a exclusão dos mais diversos tipos de preconceitos ocultos no nosso âmago. Quando se fala em trabalhar a diferença em ambientes que validam os mais diversos tipos de preconceitos velados histórica e socialmente, deve-se levar em consideração que esse trabalho



nos exige sair ainda mais da nossa zona de conforto, fazendo-nos assumir posturas que visam a desconstrução e reconstrução constante dos nossos conceitos.

A escola é um dos mais importantes espaços de produção e reprodução do conhecimento. Ao considerarmos isso verdade, consideramos, dessa forma, que a escola também assume um papel social de reprodução dos valores e das normas instituídos social e culturalmente, e que esse papel de reprodução ganha legitimidade nos mais diversos âmbitos sociais. Ela nos forma – em grande parte dos casos - para pensarmos a diferença como algo estranho e que deve ser relegado ao mínimo de espaço possível. Somos preparados para ignorar o diferente, sempre colocando-o em posições inferiores, e afirmando todo o nosso etnocentrismo. Ou seja, a escola passa a fugir de sua posição de educadora da cientificidade para uma posição de educadora da normatização. Todos os alunos e sujeitos constituintes da mesma devem seguir os modelos que a sociedade em geral impõe como o correto.

Neste trabalho, buscamos elencar um apanhado (mesmo que pequeno) de algumas das formas de preconceito e violência simbólica praticados na escola, relacionando-os a teorias consolidadas acerca da educação e dos debates de gênero e sexualidades. Sabemos que o caminho a ser trilhado em busca de uma escola mais justa, que não silencie a diferença, é um caminho longo que passará pelos mais diversos obstáculos e por trechos sinuosos. Não buscamos, neste escrito, culpar nenhum dos sujeitos, sejam eles detentores do status de dominador, por assim dizer, ou do status de dominado/ subalterno. Buscamos apreender como a escola, no que tange ao gênero e às sexualidades, legitima – através de seus agentes constituintes – os discursos atravessados por materialidades antiquadas e etnocêntricas. Se tudo o que aqui foi exposto e discutido conseguir provocar inquietações de qualquer natureza, então teremos a certeza de estarmos caminhando para uma nova realidade educacional mais justa.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

REFERÊNCIAS

ASSIS CESAR, Maria R. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. *Educar*, Curitiba, n. 35, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000300004&script=sci_arttext> Acesso em 14 de Maio. 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 11.

ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n 46, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>> Acesso em 08 de Jun. de 2015

SILVA, Tomaz T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.